

HABEAS CORPUS Nº 549.169 - PA (2019/0359476-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ALEXANDRO SERGIO BAIA DA SILVA
ADVOGADO : ALEXANDRO SERGIO BAIA DA SILVA - PA015816A
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : MARIA ADRIANA SILVA CASTRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de medida liminar, impetrado em favor de MARIA ADRIANA SILVA CASTRO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará nos autos do APC 2011.3.026354-8.

Consta dos autos que a paciente foi condenado como incurso no art. 157, §2º, inciso I e II, c.c. art. 71, todos do CP, à pena de 07 (sete) anos e 03 (três) meses de reclusão, e pagamento de 65 dias-multa, em regime semiaberto.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO PENAL. ROUBO QUALIFICADO. PRELIMINARES DE NULIDADE PROCESSUAL. REJEIÇÃO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. PROVAS TESTEMUNHAIS CONTRADITÓRIAS. INSUBSISTÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. RECONHECIMENTO DOS RÉUS PELAS VÍTIMAS. VALIDADE. MODIFICAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. INVIABILIDADE. REPARAÇÃO DE DANOS. FIXAÇÃO EX-OFFICIO PELO MAGISTRADO SINGULAR. VEDAÇÃO. EXCLUSÃO DE OFICIO PELO TRIBUNAL.

1. Não há que se cogitar de nulidade processual, considerando que a prisão em flagrante efetuada pelos policiais está amparada pelo disposto no artigo 302, IV, do Código de Processo Penal, tendo em vista a prescindibilidade do mandado de busca e apreensão para o ingresso no referido domicílio, restando, portanto, afastada a alegação de violação ao art. 5º, XI e LVI, da Carta Magna.

2. Igualmente, não há que se falar em nulidade da sentença, por ofensa ao princípio do contraditório, pois embora o magistrado não tenha se manifestado expressamente sobre as teses sustentadas pela defesa em sede de alegações finais o fez, repito, de forma implícita ao acatar a tese da acusação, decidindo-se pela

Superior Tribunal de Justiça

condenação dos apelantes.

3. Comprovada e efetiva participação dos réus na empreitada criminosa a simples negativa de autoria, não é bastante para implodir a carga probatória colhida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, com destaque para as declarações das vítimas que nos crimes de roubo, possui relevante valor probante na elucidação da prática delitiva, em especial quando cm se mostra em harmonia com as demais provas anexadas ao caderno processual.

4. Tendo sido aplicada a reprimenda em patamar superior a sete anos de reclusão, correta a imposição do regime semiaberto, conforme determina à regra estabelecida no art. 33, §2º, alínea "b" do CP.

5. Afasta-se da condenação a indenização por dano fixada de ofício pelo juízo, porquanto a doutrina e a jurisprudência pátria já firmaram entendimento que à condenação a título de indenização civil deve ser precedida do pedido formal na fase instrutória a fim de se apurar a quantia devida, bem como garantir a parte contrária o direito à defesa e produção de provas.

6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO."

Na presente impetração, sustenta a ocorrência de nulidade consubstanciada na ausência de intimação do defensor da causa para a sessão de julgamento no Tribunal de origem. Acrescenta que tampouco teve a paciente conhecimento da intimação para data do julgamento.

Requer, em liminar, a suspensão do mandado de prisão expedido pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de Santarém/PA. Pugna, no mérito, pela concessão da ordem a fim de afastar a nulidade apontada.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum*

Superior Tribunal de Justiça

in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao Tribunal de origem, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, sobretudo acerca da certidão de publicação da data do julgamento da apelação, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator